

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA GERAÇÃO DE RENDA EM GUINÉ-BISSAU: O CASO DO MERCADO DE BANDIM

Tito Baberim Quadé¹

Andrea Yumi Sugischita Kanikadan²

RESUMO:

O presente trabalho disserta sobre as políticas públicas em Guiné-Bissau, com especial atenção a política desenvolvimentista ligado ao empreendedores formais/informais “BIDERAS” da Guiné-Bissau, tendo objetivo compreender o papel da gestão pública em Guiné-Bissau e os seus efeitos no empreendedorismo informal, e tendo por outro lado, identificar as políticas públicas implementadas pelo ministério de comércio para empreendedores informais. Diante disso, foi utilizada a abordagem qualitativa e os procedimentos técnicos através da pesquisa bibliográfica, documental e aplicação dos questionários. A estratégia de busca dos artigos e documentos relacionados ao trabalho se baseia em periódicos eletrônicos pesquisados nos principais periódicos acadêmicos. Além desse levantamento, foi feita uma pesquisa com alguns empreendedores atuantes no mercado de Bandim. Com base nisso, o resultado encontrado é que grande parte dessas pessoas são mulheres guineenses com a comercialização de produtos da agricultura, de maneira informal.

Palavras-chave: Desenvolvimento econômico; Políticas públicas; Controle.

INTRODUÇÃO

Durante décadas perpassa a memória dos guineenses a atrocidade de uma guerra que deixa o país desmoralizado quanto nação e desmoralizado sociopoliticamente colocando a vida da população em extrema pobreza. Diante disso, o trabalho tem como objetivo geral,

¹ Graduando em Administração Pública, pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira – UNILAB. E-mail: titoquade98@gmail.com

² Docente do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB. E-mail: akanikadam@unilab.edu.br

compreender o papel da gestão pública em Guiné-Bissau e os seus efeitos no empreendedorismo informal, e tendo como objetivos específicos, identificar as políticas públicas implementadas pelo ministério de comércio para empreendedores informais.

Os desafios atuais têm incitado muitos países a se tornar eficientes e eficazes para melhor atender seus objetivos que é a boa governação e prestação dos serviços públicos para a população. Feito isso, foi quase consentâneo de que para concretizar esses objetivos é mister fortalecer sistemas de governação e a elaboração de políticas públicas eficientes.

Não obstante, a Guiné-Bissau tem figurado na lista de dez países mais corruptos do mundo segundo (Relatório do Fundo Monetário Internacional, 2021, p. 5). As ondas de vicissitudes cíclicas que a Guiné-Bissau tem mergulhado e que tem impactado negativamente o aparelho estatal, tornando-a ineficiente, ineficaz e com crescente exuberância de descontrolo interno.

Tudo isso faz com que a discussão sobre Políticas Públicas seja de extrema importância, para que sejam tocados aqueles conjuntos de temas ou problemas considerados importantes em um determinado momento, como resultado da ação política de atores como burocratas, movimentos sociais, partidos políticos, mídia, entre outros.

Feito isso, pretendo investir meu tempo neste estudo para compreender o papel da gestão pública na Guiné-Bissau e os seus efeitos no empreendedorismo informal, e tendo por outro lado, identificar as políticas públicas implementadas pelo ministério de comércio para empreendedores informais. Espera-se que este trabalho possa servir de estímulo a uma pesquisa mais aprofundada sobre a importância das políticas públicas para sociedade. E de outro modo este trabalho irá despertar atenção da sociedade guineense a começarem a refletir e apreciar o desempenho dos nossos governantes, e assim exigir a transparência nas ações públicas. Portanto, realizar este estudo implica contribuir para uma transformação significativa nas atuações dos governantes e na forma como a sociedade deve reivindicar os seus direitos para melhoria da qualidade de vida da população.

Ao longo deste texto, será dividido o referencial teórico, com uma breve discussão sobre as políticas públicas. Em seguida, falaremos sobre a metodologia utilizada, a pesquisa realizada com os empreendedores de Guiné-Bissau, a análise, e por fim, as conclusões deste trabalho.

REFERENCIAL TEÓRICO

CONCEITO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E A REALIDADE DE GUINÉ-BISSAU

Em primeiro momento considera-se importante apresentar o conceito de políticas públicas, Conforme ensinado por Silvestre (2019, p. 7), política pública, assume-se como toda e qualquer decisão governativa para a alocação de recursos na prossecução de um fim que é comum. Segundo Wu, Xu et al. (2014), cada sociedade tem literalmente centenas de problemas que alguns cidadãos acreditam ser questões de interesse e a respeito dos quais o governo deve fazer algo.

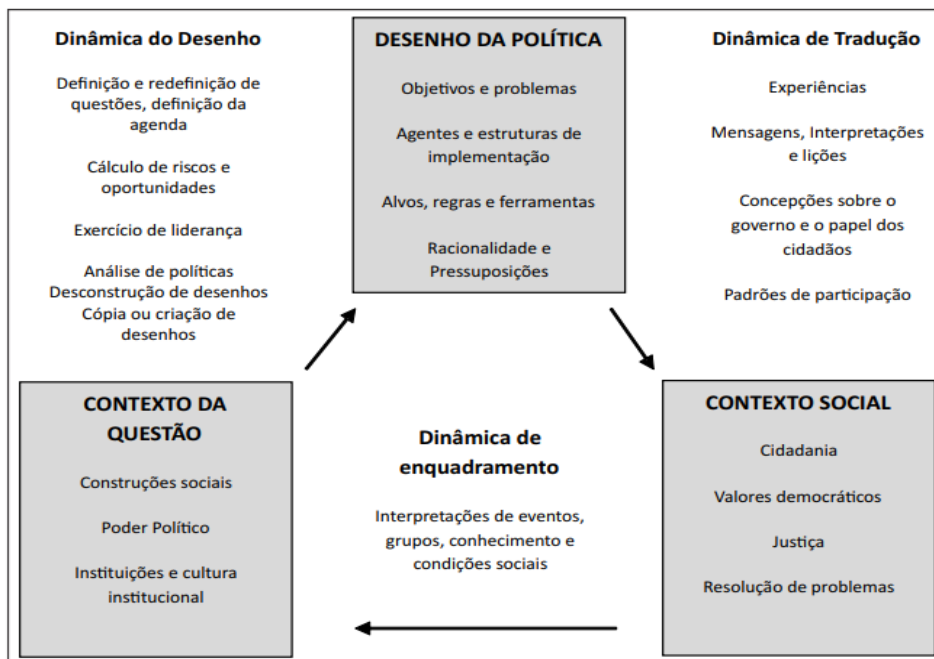
Diante disso Capella (2018, p. 13), fundamenta:

O processo de formulação de políticas públicas compreende dois elementos principais: definição da agenda e definição de alternativas. O primeiro envolve o direcionamento da atenção em torno de questões ou problemas específicos. O segundo, a exploração e o desenho de um plano possível para a ação. Assim, investigar a formulação de políticas consiste em buscar compreender por que alguns assuntos se tornam importantes e acabam concentrando o interesse de vários atores, enquanto outros não. (CAPELLA, 2018, p. 9).

Para Wu, Xu et al. (2014, p. 21), as funções gerais da criação de políticas públicas que os gestores públicos podem realizar consistem em cinco atividades essenciais: definição de agenda, formulação, tomada de decisão, implementação e avaliação. O processo de políticas públicas consiste em uma gama de atividades muito mais abrangente do que simplesmente tomar decisões. Nessa perspectiva, pode compreender através de uma análise e reanálise atenta que as reivindicações da classe baixa, com desdobramentos sobre a questão da segurança pública, ausência da valorização, violações trabalhistas, educativas e ambientais a partir de várias experiências, inclusive no mundo do trabalho.

Ele inclui a definição de agendas, o desenvolvimento de alternativas, a implementação de decisões e a avaliação de medidas públicas. (WU, XU et al. 2014, p. 15).

Figura: Desenho de políticas, segundo Schneider e Ingram:



Fonte: Capella (2018).

Conforme Capella (2018, p. 74), a seleção de alternativas envolve atores governamentais e atores externos ao governo em um processo de debate sobre como o Estado pode lidar com problemas públicos. Os obstáculos à criação de políticas públicas integradas podem ser superados, ou pelo menos mitigados, aplicando um “filtro de integração” a todas as fases do processo das políticas. (WU, XU et al. 2014, p. 149).

Vale enaltecer que conforme ensinado por Moraes (APUD GUETZÉVITCH, 2003, p. 27), a Constituição de cada país é sempre um compromisso entre as tradições políticas existentes”. A Constituição representa o direcionamento que uma dada sociedade deve seguir, criando legislações e políticas a partir dela. Analisando a área de abrangência da Constituição, Carvalho (1982, p.13), entende que melhor se definirá a Constituição como o estatuto jurídico fundamental da comunidade [...].”

Seguindo este raciocínio dialogando com vários autores, pode-se afirmar que a constituição da Guiné-Bissau, carta magna está classificado nos seguintes critérios quanto ao conteúdo a constituição da Guiné-Bissau é formal, visto que, a Constituição formal é aquela consubstanciada de forma escrita, por meio de um documento solene estabelecido pelo poder constituinte originário. Quanto à forma de constituições escritas, é o conjunto de regras codificado e sistematizado em um único documento, para fixar-se a organização fundamental.

Canotilho denomina-se de constituição instrumental, apontando seu efeito racionalizador, estabilizante, de jurídica e de calculabilidade e publicidade. Como aponta Kosta (2016), a Constituição escrita, portanto, é o mais alto estatuto jurídico de determinada comunidade, caracterizando-se por ser a lei fundamental de uma sociedade. A isso corresponde o conceito de constituição legal, como resultado da elaboração de uma Carta escrita fundamental, colocada no ápice da pirâmide normativa e dotada de coercibilidade.

Quanto ao modo de elaboração é histórica, tendo em conta, é fruto da lenta e contínua síntese da História e tradições de um determinado povo, quanto à origem é promulgada também denominadas democráticas ou populares, as Constituições que derivam do trabalho de uma Assembléia Nacional Constituinte composta de representantes do povo, eleitos com a finalidade de sua elaboração. Quanto à estabilidade: constituições flexíveis e semi-rígida por sua vez, as constituições flexíveis, em regra não escritas, excepcionalmente escritas, poderão ser alteradas pelo processo legislativo ordinário. Nos dizeres de Lenza (2017, p. 138), Como um meio-termo entre as duas anteriores, surge a constituição semi flexível ou semi-rígida, na qual algumas regras poderão ser alteradas pelo processo legislativo ordinário, enquanto outras somente por um processo legislativo especial e mais dificultoso.

Essa última citação nos mostra de forma nítida como a constituição da república de Guiné-Bissau é utilizada pelos governantes para causar instabilidade no país, dificultando a aprovação de leis, aprovação do programa do governo e conseqüentemente na elaboração e implementação das políticas públicas para melhoria de vida da população.

Entretanto, identificamos ausência ou nenhuma política pública implementada pelo ministério de comércio para empreendedores informais, onde existem apenas pequenas mobilizações e campanhas por parte do ministério.

METODOLOGIA

A pesquisa é um ato de buscar respostas às indagações propostas a fim de compreender de certa forma a realidade e promover o desenvolvimento científico, social e cultural. Para a realização da pesquisa, foi utilizado o método qualitativo, sendo o mais viável para responder os objetivos propostos da investigação, também devido ao seu carácter mais

descritivo e analítico, além disso, o estudo se baseia em análise bibliográfica sobre o tema e documentos que fornecem a compreensão do estudo em pauta e análise de dados.

Segundo Gerhard e Silveira (2009, p.20), a pesquisa de natureza qualitativa é um tipo que tem seu enfoque na análise e compreensão dos fatos. Sendo assim, a pesquisa aqui proposta voltou-se para os empreendedores do mercado de Bandim na Guiné-Bissau.

Neste trabalho, foi utilizado como as técnicas, análise documental e entrevista do tipo semiestruturada com base num roteiro da entrevista de cinco perguntas abertas e duas fechadas com os empreendedores informais e/ou formais “BIDERAS DO MERCADO DE BANDIM”, onde as entrevistas foram feitas através de conversa livre com anotações por parte dos entrevistadores e depois transcritas de forma organizada de acordo com a descrição dos sujeitos, enfim, fazer análise e conclusão destas. O Mercado de Bandim pode ser considerado como um lugar turístico, visto que, os turistas visitam com frequência para comprar os produtos naturais, tecidos e roupas locais.

Sobre as pesquisas documentais, Lakatos e Marconi (2003, p.17), dizem que as características destas é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escrita ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias.

A partir da visão dos autores, compreende-se que a pesquisa da natureza documental pode considerar tanto fontes (escritas como orais). Neste caso, as fontes escritas podem ser os livros, artigos científicos, relatórios, revistas, entre outros, enquanto as fontes orais podem basear se nas entrevistas, audiovisual entre outras.

Desse modo, refere-se em trabalhar com documentos, no caso da Constituição da República da Guiné-Bissau de 1996, leis gerais da administração pública guineense. A investigação foi no mercado de bandim da Guiné-Bissau. Para a realização desta pesquisa, foram utilizados os seguintes critérios para a escolha dos participantes: aceitar o convite em participar na entrevista; ser empreendedor informal e/ou formal escolhido de forma aleatória no momento da realização da entrevista no Mercado de Bandim, vale constar, foi entrevistado o diretor do ministério de comércio.

Quanto ao procedimento de análise, foi realizada e analisada pela perspectiva temática que segundo Riessman (2008, p.33), a análise temática narrativa constitui como um processo de redução gradual da narrativa em unidades de sentido. Essa redução gradual das narrativas dos entrevistados e dos diários de campo.

Recorremos a algumas revistas acadêmicas, sites, pesquisamos por Google Acadêmico, Scielo onde encontramos alguns trabalhos relacionados ao tema, artigos, dissertações e

monografias, onde foi utilizado critério de exclusão, descritores durante a pesquisa e escolha de autores que têm trabalhos relacionados com o tema e objetivo do trabalho.

OS EMPREENDEDORES DO MERCADO DE BANDIM

CONTEXTUALIZAÇÃO DA GUINÉ-BISSAU

A Guiné-Bissau é uma República com 36.125km², situada no continente africano, na costa ocidental da África, banhada pelo Oceano Atlântico. Faz fronteira ao norte com a República do Senegal e ao sul com a República da Guiné Conakry. O país possui uma população de 1.548.159 mil habitantes segundo o último censo realizado pelo INEC (Instituto Nacional de Estatística e Censo) em 2009. O país integra cerca de 80 ilhas que constituem o arquipélago dos Bijagós, além dos territórios continentais que compreendem oito regiões: Bolama, Bafatá, Gabu, Cacheu, Quinara, Tombali, Oio, Biombo, mais o setor autônomo de Bissau que é a capital.

Sobre os aspectos sócio-político e econômico, existem desigualdades abismais entre uma classe política-governante em vida de luxo enquanto o povo se mantém confinado na (des)esperança de sobreviver por migalhas que a sorte lhe dá a cada dia; de salários e subsídios gordurosos para Presidente da República, Primeiro-Ministro, ministros, magistrados de (in)justiça e deputados; em contraste com um salário mínimo de 50.000 XOF num país em que um saco de arroz de 50 kg custa 18.500 XOF. De acordo com relatório do (FMI, 2021), a pobreza é elevada, com cerca de 67% da população vivendo abaixo do limiar de pobreza de USD 1,90 por dia. A desgraça do povo é escancarada pela ostentação de corrupção em cada carro, cada casa dos que vivem à custa de roubo do erário público.

OS DESAFIOS DOS EMPREENDEDORES DO MERCADO DE BANDIM

Para Costa (2022), o termo empreendedorismo é um fenómeno multifacetado, cuja origem vem do francês “entre” e “prendre” que expressa algo parecido como “estar no mercado entre o fornecedor e o consumidor”. Assim podemos afirmar que essas mulheres empreendedoras já frequentam mercado onde acontecem as transações de oferta e procura.

Segundo Chiavenato (2007), os empreendedores não são simplesmente provedores de mercadorias ou de serviços, mas fontes de energia que assumem riscos em uma economia em constante transformação e crescimento. Com isso podemos assumir que, um consenso ao qual foi possível chegar é o de que ter um espírito empreendedor implica, por definição, a necessidade de assumir alguns riscos. (COSTA, 2022, p. 22).



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Com isso, vale elucidar que as vendedoras, a maioria que produz os produtos e alimentos que vendem no mercado de Bandim sem nenhum apoio do Estado. O que se vende são recursos marinhos abastecidos através do porto de Bissau e costeiros, os produtos agro-alimentares, passando por silvicultura com vários artesanatos e plantas medicinais.

Mesmo sem ter apoio do poder público, fortalecem a economia do país, com oportunidades de recriação de formas autônomas de melhores condições de vida, de maior justiça social no trabalho, mas também de sociabilidades onde a dimensão econômica da vida produz possibilidades de múltiplas compreensões sobre satisfação das necessidades, o bem estar e a busca da sobrevivência e felicidade, enquanto forma de produção de ferramentas efetivas na geração de renda, os espaços de economia de rua vão para além de uma mera faceta mercadorizada de gestão de pobreza.

Além dessas questões, em auditoria desenvolvida pelo Tribunal de Contas de Guiné-Bissau à administração dos portos da Guiné-Bissau (APGB), levantou-se vários indícios/problemas levantados pelos empreendedores que frequentam a instituição para descarga dos seus produtos. Os problemas detectados foram: não existe manual de procedimentos administrativos; não existe órgão de controle interno; as promoções não são baseadas no sistema de avaliação individual; algumas nomeações resultam de propostas de diretores de serviços com concordância do diretor geral, sem serem ratificadas pelo conselho de administração. Ou seja, existem graves problemas relacionados à gestão e isso irá refletir na atuação dos/das empreendedores/as de Bandim.

Para a melhoria da vida dos comerciantes seja ela informal ou formal as grandes e rápidas transformações na APGB é inevitável suas implementações, tendo em conta corrupção que acontece na própria administração que não podem passar despercebidas prejudicando o processo de abastecimento do mercado conseqüentemente processo comerciais dos empreendedores.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A entrevista foi realizada no mercado de bandim da Guiné-Bissau com as vendedoras/es estes mesmos podem ser designados/as de empreendedores informais e/ou formais, visto que, para serem formais precisam de um credenciamento no ministério de comércio da Guiné-Bissau onde a instituição disponibiliza a documentação da formação dos mesmos.

Esses/as empreendedores atuam em áreas ligadas à sustentabilidade socioambiental, segurança alimentar e nutricional, com incidência nos sistemas produtivos, agricultura familiar e produtos culturais.

De acordo com dados apresentados percebe-se a importância das políticas públicas em Guiné-Bissau desde a elaboração, implementação e consolidação dos mesmos. O que buscamos foi saber sobre aspectos que se relacionam a saúde e os serviços públicos dirigidos aos vendedoras do mercado de Bandim. Detectou-se questões relacionadas à infraestrutura precária, falta de saneamento básico no mercado.

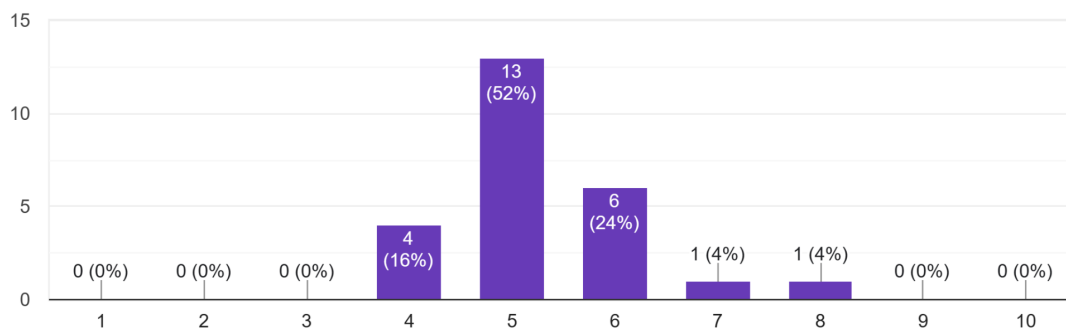
Conforme as respostas obtidas no questionário aplicado para os vendedores/as do Mercado de Bandim, fizemos coleta e tratamento de dados levantados sobre a temática pesquisada. O questionário foi aplicado para 25 vendedores/as, onde 15 são mulheres e 10 são homens, cujas perguntas são expostas em baixo e suas devidas respostas por parte de nossos informantes: Construímos questionário a fim de conhecer o perfil dos entrevistados, com a seguinte estruturação:

Gênero: masculino 10 (40%) e; feminino 15 (60%).

No que refere a pergunta “como você avalia o espaço do mercado de Bandim no Atendimento? De 1 a 10, obtivemos 52% de escolha no ponto 5 que não é um número muito satisfatório, mas que representa resposta significativa no atendimento mostrando, assim, a valorização das relações sociais no seio dos comerciantes e compradores.

Como você avalia espaço do mercado de Bandim no Atendimento? DE 1 á 10

25 respostas

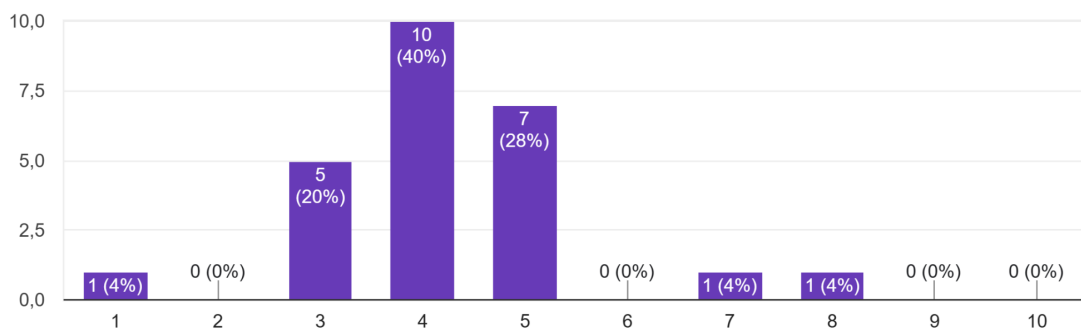


Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Quanto a pergunta, “como você avalia o espaço físico do mercado de Bandim? De 1 a 10” obtivemos um pouco de distribuição na escolha dos números no gráfico de escala, onde conseguimos a porcentagem maior de 40% sinalizando uma porcentagem preocupante, visto que, refere a questões da infraestrutura que são questões primordiais quando estamos a referir questões da proteção dos produtos e alimentos a serem vendidos, sobretudo questões da limpeza onde os comerciantes entrevistados/as ressaltaram que o mercado está sem banheiro público e sem água potável. Segundo Silvestre (2019, p.11), urbanização tem consequências ao nível da prestação dos serviços públicos e porque deverão os mesmos ser assegurados para todos.

Como você avalia espaço físico do mercado de Bandim? DE 1 á 10

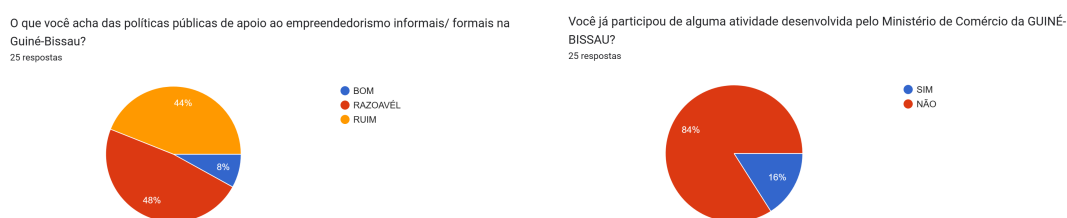
25 respostas



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

No que concerne à questão, “O que você acha das políticas públicas de apoio ao empreendedorismo informais/ formais na Guiné-Bissau?” Numa ordem de resposta bom, razoável e ruim 48% responderam razoável, 44% responderam ruim e o resto 8% responderam bom.

Em relação a pergunta, “Você já participou de alguma atividade desenvolvida pelo Ministério de Comércio da Guiné-Bissau?”, para responder sim ou não, 84% responderam “não” que nunca participaram das atividades desenvolvidas pelo Ministério de comércio da Guiné-Bissau, ao passo que o resto 16% responderam “sim” em participação das atividades, como os gráficos abaixo elucidada.



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Citamos algumas dificuldades elencados pelos comerciantes onde os mesmos alegam dificuldade em comprar ou produzir produtos para revender e obter lucro, isto nos mostra que os verdadeiros suportes que mantêm o mercado funcionando são comerciantes informais que muita das vezes são cobradas taxas altíssimas de forma ilícita no valor de 25.000 XOF a 35.000 por um espaço de 4m a 5m para poderem vender no mercado, onde ressaltam que estão vendendo não para ter lucros, mas sim para manutenção e sobrevivência.

Com base nos dados coletados da entrevista com os empreendedores informais/informais do mercado de bandim, entramos em contato com o ministério do comércio da Guiné-Bissau, onde tivemos oportunidade de entrevistar o diretor de serviço do comércio interno do ministério de comércio.

Entretanto, partimos com as duas perguntas principais para o diretor do comércio interno do ministério de comércio para confirmarmos as respostas e inquietações nos comerciantes acima descritas, a primeira questão baseia em “De que forma o ministério ajuda os empreendedores formais/informais do mercado de bandim?”, A segunda questão concerne em “Quais são as políticas públicas implementadas pelo ministério ligado ao empreendedores formais e informais do mercado de bandim”, com essas perguntas obtivemos as seguintes

respostas do diretor. Os comerciantes que não estão inscritos não são considerados/as de empreendedores formais, mas sim empreendedores informais e durante a sua explanação também ressaltou que o ministério faz sensibilização para permitir aos comerciantes conhecerem os processos burocráticos para a legalização dos mesmos no centro de formação de empresas ou no ministério de comércio.

A partir dos relatos apresentados tanto pelos empreendedores nota-se a grande mobilização para o trabalho e necessidade de geração de renda, já que os empreendedores se aglomeram no mercado sem conhecer os trâmites burocráticos, apenas buscando vender algum produto e obter a renda. Além das questões burocráticas, a gestão deve olhar para os mecanismos de proteção social para essas vendedoras, dentro de dinâmicas de circulação dos produtos culturais e reconstrução das identidades afirmativas enquanto formas de produção de territorialidades de comunidades autossustentáveis.

Por sua vez, a gestão, necessita olhar para as mudanças organizacionais, a começar pela administração portuária para em seguida, olhar para o mercado de Bandim. Há a necessidade de evolução da administração de portos da Guiné-Bissau, no que toca à evolução tecnológica para estar dentro da globalização deixando de lado a administração tradicional, tornando o processo administrativo ineficiente e ineficaz. Tudo isso passa pelo planejamento de estratégias que garantam um controle dos recursos, a continuidade e a competitividade da instituição no mercado público. Para suportar as dificuldades, para que a instituição seja eficiente, os gestores públicos necessitam adaptar-se constantemente, utilizando-se das estratégias como principal meio para alcançar os objetivos organizacionais.

Nesse sentido, torna-se imprescindível o uso do planejamento estratégico e a implementação dessa importante ferramenta de apoio gerencial, deve assegurar o alinhamento entre os processos e as estratégias organizacionais, em razão dos processos serem cotidiano da organização, ou seja, os processos de alocação dos recursos, só terá êxito se as estratégias estiverem bem definidas e de fácil visualização e compreensão a todos os envolvidos no processo estratégico.

Conforme Correia apud (SILVA, 2017, p. 19), as perdas e má utilização dos bens públicos e a falta de coerência e consistência nas informações financeiras nas contas sob gerência geral do Estado é, muitas vezes, a sua omissão na prestação de contas.

Do ponto de vista organizacional entende-se que, o fracasso de uma organização ou instituição, seja ela pública ou privada, refere-se a não cumprimento dos princípios basilares da administração que são, legalidade, moralidade, publicidade, eficiência, supremacia do

interesse público, continuidade do serviço público, porém, o cumprimento destes princípios resulta-se do imediato numa boa governação por parte do gestor tornando o que é público para público, o que é privado para o seu respectivo lugar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos estudos realizados e dos autores analisados podemos constatar que as mulheres guineenses têm contribuído no crescimento da economia do país a partir do olhar da agricultura e comércio informal.

No decorrer da nossa pesquisa percebemos que a disfuncionalidade da administração pública e o estado de agonia em que o Estado se encontra são visíveis para quaisquer olhos e sensibilidades atentos às situações de colapso dos sistemas econômicos e da educação.

Conclui-se que o mercado de bandim é uma montra de exuberância da biodiversidade da Guiné-Bissau e dos seus serviços ecossistêmicos. A experiência demonstrou que existe um forte padrão de degradação da distribuição de rendimentos entre as economias rurais e urbanas. (LOPES, 2020, p.122).

O mercado de Bandim tem grande potencial de transformar-se numa grande bolsa de valores para o país com um enorme investimento na infraestrutura de qualidade, garantindo segurança, higiene e conforto aos seus trabalhadores. Por fim, espera-se que este trabalho possa servir de estímulo a uma pesquisa mais aprofundada sobre a importância das políticas públicas para geração de renda e melhoria da qualidade de vida para a sociedade.

REFERÊNCIAS

CAPELLA, Ana Cláudia Niedhardt. **Formulação de políticas públicas**. 2018. Disponível em: [Livro 1.indb \(enap.gov.br\)](#). Acesso em: 22 fev. 2023.

CARVALHO, Virgílio de Jesus Miranda. **Os valores constitucionais fundamentais: esboço de uma análise axiológico-normativa**. Coimbra: Coimbra Editora, 1982.

CHIAVENATO, Idalberto. **Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor**. 2ª ed. rev. E atualizada - São Paulo: Saraiva, 2007.

COSTA, César da. **Microcrédito na Guiné-Bissau**. 2022. Dissertação de Mestrado. Disponível em: [Repositório da Universidade dos Açores: Microcrédito na Guiné-Bissau \(uac.pt\)](https://repositorio.uac.pt/handle/10216/10216). Acesso em: 20 out. 2023.

DE MORAES, Alexandre. **Direito constitucional**. 2016.

GUINÉ-BISSAU. **Constituição (1996)**. Bissau: Assembleia Nacional Popular, 1996. Disponível em: <https://bit.ly/2CI7XUL>. Acesso em: 20 jan. 2023.

GUINÉ-BISSAU, **Relatório de auditoria financeira à administração dos portos da Guiné-Bissau**, p. 1-55, 2017.

GUINÉ-BISSAU, **Relatório de Fundo Monetário Internacional**, p. 1-38, 2021. Disponível em: <https://www.bing.com/ck/a?!&&p=915186b140aa62c0JmltdHM9MTcwMDY5NzYwMCZpZ3VpZD0xYjEwZTA5OS1jYTI3LTY4NTEtMjVhMS1mMzEwY2JhOTY5MzZmZGmaW5zaWQ9NTE4OQ&ptn=3&ver=2&hsh=3&fclid=1b10e099-ca27-6851-25a1-f310cba96938&psq=1GB+PR2021001.pdf&u=a1aHR0cHM6Ly93d3cuZnJlZWNvb252ZXJ0ZlIj&ntb=1> . Acesso em: 25 fev. 2023.

GERHARD, T. T.; SILVEIRA, Denise Tolf. **Métodos de pesquisa**. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil–UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica–Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural daSEAD/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE). III Recenseamento geral da população e habitação [2008]. Características socioculturais. Bissau: 2009.

KOSTA, Aníran Ykey Pereira Kafft. **A problemática do Sistema de Governo na Guiné-Bissau**. 2016. Tese de Doutorado. Universidade de Coimbra.

LENZA, Pedro. **Direito constitucional esquematizado**. Saraiva Educação SA, 2017.

LOPES, Carlos. **África em transformação: desenvolvimento econômico na era da dúvida**. Tinta-da-China, 2020.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed.-São Paulo: Atlas, 2003. .

SILVESTRE, Hugo Consciência A **(Nova) governança pública** / Hugo Consciência Silvestre. -- Brasília: Enap, 2019. Disponível em: [10 Livro A \(Nova\) Governança Pública.pdf \(enap.gov.br\)](https://repositorio.enap.gov.br/handle/10216/10216). Acesso em: 15 mar. 2023.

SILVA, Clariovaldo Enais Tavares da. **Controle interno no setor público: o caso da administração pública da Guiné-Bissau** 2017. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Universidade Federal de Pernambuco, CCSA, 2017.

TEIXEIRA, Alex Fabiane; GOMES, Ricardo Corrêa. **Governança pública: uma revisão conceitual**. 2019. Disponível em: [Repositório Institucional da ENAP: Governança pública: uma revisão conceitual](#). Acesso em: 15 nov. 2023.

WU, Xu et al. **Guia de políticas públicas: gerenciando processos**. 2014. Disponível em: [Repositório Institucional da ENAP: Guia de políticas públicas: gerenciando processos](#). Acesso em: 15 nov. 2023.